

ANEXO IV DO EDITAL

CONTRATO Nº 0XX/2026
Processo Licitatório nº 068/2025

**CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI
FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA
CONQUISTA E A EMPRESA _____.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público, com sede na rua Coronel Gugé, nº 150, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.645.717/0001-03, neste ato representada por seu Presidente, o Vereador IVAN CORDEIRO DA SILVA FILHO, doravante designado simplesmente como CONTRATANTE e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na rua _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo (a) _____, celebram entre si CONTRATO DE _____, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 068/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Resolução CMVC 082/2023 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0XX/2026 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Prestação de serviço de locação de 23 (vinte e três) veículos hatch (sem motorista, sem combustível e sem lavagem), por quilometragem livre, contemplando documentação, emplacamento, IPVA, DPVAT, licenciamento, seguro auto (sem franquia), manutenção (preventiva e corretiva), bem como substituição de veículos no caso de pane, defeito e/ou sinistro, e disponibilização de relatório de multas decorrentes de infrações de trânsito, para atendimento às demandas de transporte, em deslocamentos no município de Vitória da Conquista, e, excepcionalmente, em outros locais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, com prazo de 24 (vinte e quatro) meses, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Unid. de medida	Preço unitário mensal estimado	Preço total mensal estimado	Preço total anual estimado
1	Locação de HATCH	23	Unid.			
TOTAL ESTIMADO PARA 24 MESES						

PARÁGRAFO ÚNICO – Independentemente de transcrição, vinculam esta contratação, o Termo de Referência, o Edital, a Proposta da Contratada e eventuais Anexos dos documentos citados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Prazos, locais e condições para execução dos serviços:

2.2. A execução do objeto terá início em até 20 (vinte) dias da assinatura do contrato.

a) No caso de circunstâncias não previstas, é admitida a prorrogação do prazo acima por até 10 (dez) dias, mediante comprovação de ausência de culpabilidade por parte da contratada e aceitação da justificativa pela fiscalização.

2.3. Todos os veículos disponibilizados pela contratada deverão ser da mesma marca e modelo, para que não se frustrasse o padrão visual/operacional pretendido, conforme o princípio da padronização disposto no art. 47, I, da Lei n. 14.133/2021.

a) A marca e modelo dos veículos poderão ser alterados no curso da execução contratual, mediante apresentação de justificativa aceita pela Administração e desde que mantidas as especificações técnicas contidas na proposta.

2.4. Os veículos não poderão estar fora de linha de montagem.

2.5. A contratada, quando da entrega dos veículos, fornecerá à fiscalização:

a) relação dos veículos, contendo marca, modelo, placa, ano de fabricação, quilometragem e tipo de combustível;

b) Certificado de Registro e Licenciamento dos Veículos em nome da contratada;

c) Apólice de seguro auto total, com cobertura integral do casco e terceiros, sem repasse, sem franquia para o contratante, com cobertura para roubo, furto, incêndio, colisão, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros e quaisquer casos fortuitos ou de força maior, durante todo o prazo de vigência contratual, além dos seguintes requisitos mínimos:

I - RCF - danos materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - RCF - danos corporais: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

III - RCF - danos morais: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

IV - APP (morte ou invalidez): R\$ 13.000,00 (treze mil reais); e

V - Central de atendimento e assistência permanente 24 (vinte e quatro) horas por dia.

Caso os documentos vençam durante a execução do contrato ou tenham o teor modificado, a contratada deverá apresentar a versão válida/atualizada do referido documento em até 5 (cinco) dias após o vencimento/atualização do documento.

2.6. Veículos em desacordo com as especificações do objeto deste Termo de Referência, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições, deverão ser substituídos no prazo de até 72 (setenta e duas) horas após solicitação do contratante.

2.7. A contratada deverá entregar os veículos com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima.

a) Os demais abastecimentos serão de responsabilidade do contratante.

2.8. A contratada deverá entregar os veículos no dia e horário marcados para o início das atividades, face à necessidade de vistoria, no seguinte endereço: Coronel Gugé, 150, Centro, Vitória da Conquista - BA.

2.9.A contratada responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos e de quaisquer equipamentos neles instalados, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo e/ou do equipamento) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos ou vícios que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.

a) Serão consideradas como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, as trocas de óleo de motor, de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de radiador, pastilhas de freio, correias do alternador e de distribuição, filtros de óleo, combustível e ar, amortecedores dianteiros e traseiros, e outros necessários ao perfeito funcionamento do veículo.

b) Todas as manutenções de caráter preventivo e corretivo nos veículos de forma a conservá-los seguros e eficientes, inclusive troca de qualquer peça de desgaste natural, como troca de pneus, filtros, óleo lubrificante, velas, pastilhas de freios, correias, lâmpadas, entre outros, devem estar em conformidade com o manual do veículo.

c) As revisões preventivas devem contemplar a conferência do alinhamento da direção e a verificação do balanceamento do conjunto roda e pneus.

d) Os pneus deverão ser substituídos quando apresentarem risco, ou quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem for reduzida para 3mm, sendo que a identificação deste item é feita pelo TWI (Tread Wear Indicator).

2.10.A contratada deve realizar, no prazo de 24 horas a 72 horas conforme termo de referência, após solicitação do contratante, a substituição de veículos no caso de pane, defeito e/ou sinistro.

a) Serão de inteira responsabilidade da contratada as despesas decorrentes da remoção e deslocamento do veículo em caso de pane, defeito e/ou sinistro, inclusive as de locomoção dos passageiros.

b) As substituições deverão ocorrer nas dependências do contratante, podendo, em situações excepcionais, ocorrer em local diverso, mediante solicitação ou autorização expressa da fiscalização.

2.11.A contratada deverá encaminhar ao contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis de seu recebimento, as notificações emitidas pelos órgãos de trânsito, para que o condutor possa reconhecer, apondo sua assinatura na respectiva notificação, e/ou para resguardar o direito, por parte do condutor, de interpor recursos.

a) Caso o condutor não manifeste interesse em interpor recurso, a contratada deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados e solicitar o reembolso dos valores junto ao contratante por meio de inclusão na fatura mensal.

b) Caso a contratada não pague a notificação, após reconhecida pelo condutor, em tempo hábil para pagamento com desconto, fica a contratada obrigada a receber o valor do reembolso da referida multa com o valor total incluso o valor do desconto.

c) Nos casos em que o contratante não receba a notificação dentro do prazo supracitado, a contratada se responsabilizará integralmente pelo pagamento dos valores referentes a multas, taxas e/ou despesas, inclusive com guincho e estadas, decorrentes de infrações.

2.12. A autorização de fornecimento dos serviços contendo a nota de empenho será enviada pelo e-mail **admcamara@hotmail.com**

2.13.Ao contratante não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços ou fornecimentos considerados inadequados e devidamente atestados pela fiscalização.

Do recebimento

2.14.Em conformidade com o art. 140, I, da Lei n. 14.133/2021, o objeto da presente licitação será recebido:

- a) Provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da prestação mensal, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- b) Definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a verificação do cumprimento das obrigações, mediante termo detalhado, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.
- c) Será emitido termo de recebimento pela contratada no caso de recolhimento de veículos, e pelo contratante no caso de entregas para fins de substituições.
- d) Os veículos serão recebidos mediante Termo de Entrega, contendo no mínimo: marca, modelo, ano/modelo, placa, Renavam (quando disponível), quilometragem, itens de segurança, acessórios e registros fotográficos/checklist. A CONTRATANTE realizará vistoria e poderá recusar veículos em desconformidade. Veículos rejeitados deverão ser corrigidos e/ou substituídos no prazo fixado pela fiscalização, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo de sanções.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. Este contrato terá vigência de _____ a _____, prorrogável na forma do art. 105 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.A prorrogação será condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3.6.O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ADITAMENTOS

4.1. O contrato poderá ser alterado de acordo com o disposto no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo ou termo de apostilamento, que ao presente se aderirá.

CAPÍTULO II – DOS PREÇOS E PAGAMENTOS

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (...), perfazendo o valor total de R\$ (...).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO

6.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da Rubrica Orçamentária:

Ano 2026

1900 – CÂMARA MUNICIPAL

1901 – 01 – LEGISLATIVA

031 – AÇÃO LEGISLATIVA

0008 – PROCESSO LEGISLATIVO

01 031 0008 2001 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Elemento de despesa: 3.3.9.0.39.00.000 — OUTROS SERVIÇOS - TERCEIRA PESSOA JURIDICA

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação.

a) Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá emitir e protocolar a nota fiscal na gestão de contratos, acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista (CND Federal, CRF e CNDT ou SICAF), para fins de validação pelo fiscal do contrato e posterior liquidação.

b) O prazo de liquidação será de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal.

c) Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

d) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

e) O CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para:

- I - Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- II - Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- f) Constatando-se junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- g) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- h) Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- i) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- j) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- k) A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida LC.
- l) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- m) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento
- n) No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Da medição, do pagamento e da glosa por indisponibilidade

7.2. O pagamento será realizado mensalmente, após atesto da fiscalização, com base no valor unitário mensal por veículo efetivamente disponibilizado e em condições de uso, conforme Termo de Referência.

7.3. Na hipótese de indisponibilidade do veículo por motivo imputável à CONTRATADA, sem disponibilização de substituto no prazo do Termo de Referência, será aplicada glosa proporcional ao período de indisponibilidade, calculada pro rata die (ou pro rata hora, quando aplicável), sem prejuízo de multas e demais sanções.

7.4. A indisponibilidade decorrente de sinistro ou manutenção não exime a CONTRATADA da obrigação de substituição, salvo situações expressamente excepcionadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

8.1. Após o interregno de um ano, contado da data do de assinatura do contrato, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- a) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- b) No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- c) Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- d) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- e) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- f) O reajuste será realizado por apostilamento.
- g) Os preços serão reajustados conforme previsto no Termo de Referência e na legislação aplicável.
- h) O reequilíbrio econômico-financeiro somente será admitido mediante comprovação do evento superveniente, extraordinário e imprevisível (ou previsível de consequências incalculáveis), com demonstração analítica do impacto efetivo no custo do contrato, observado o nexo causal e as regras da Lei nº 14.133/2021.
- i) Não ensejam reequilíbrio, por si sós: variações ordinárias de mercado, custos administrativos internos, sinistralidade esperada do seguro e despesas logísticas necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas, salvo quando caracterizado evento excepcional devidamente comprovado.

CAPÍTULO III – DAS RESPONSABILIDADES E GESTÃO

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com o(a) CONTRATADO (A);
- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo (a) CONTRATADO (A), de acordo com o contrato e seus anexos;
- c) Receber os serviços, disponibilizando local, data e horário;
- d) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto deste contrato recebido as especificações constantes do Aviso e da Proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do (a) CONTRATADO (A), através de servidor especialmente designado;
- f) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestadamente

impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

f.1) A Administração terá o prazo de 02 (dois) meses, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

g) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro realizados pelo (a) CONTRATADO (A) no prazo máximo de 02 (dois) meses;

h) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo (a) CONTRATADO (A) com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do (a) CONTRATADO (A), de seus empregados, prepostos ou subordinados;

i) Notificar o (a) CONTRATADO (A), a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos mesmos, com ônus total ao (à) CONTRATADO (A);

j) Fornecer a qualquer tempo e com máximo de presteza, mediante solicitação escrita do (a) CONTRATADO (A), informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada junto a CMVC para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado por este Órgão.

b) Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

c) Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar a CMVC ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

d) Fornecer a seus empregados todos os instrumentos necessários à execução dos serviços.

e) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com a CMVC.

f) Responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional.

g) Garantir o sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão da contratação, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.

h) Atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, no que couber, e demais leis e regulamentos

aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.

- i) Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.
- j) Em caso de troca de qualquer veículo, a contratada deverá atualizar os dados e a documentação junto à fiscalização.
- k) Manter regularizada a documentação do veículo e a validade de equipamentos obrigatórios, quando for o caso.
- l) Relacionar os veículos disponíveis para realização do objeto da presente contratação, contendo modelo, ano, placa e o Registro Nacional de Veículos Automotores - Renavam dos veículos alugados, atualizando esses dados em caso de substituição.
- m) Assumir todas as despesas com os veículos de sua propriedade, inclusive as relativas a documentação, emplacamento, IPVA, seguro obrigatório vigente (DPVAT), licenciamento, seguro auto, manutenção (preventiva e corretiva), que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando o contratante de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências.
- n) Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Termo de Referência.
- o) Durante a vigência, nenhum veículo poderá ultrapassar **24 meses** de fabricação.
- p) Ao término da vigência, a CONTRATADA prestará todo o apoio necessário à transição contratual (entrega de relatórios, histórico de chamados/manutenções/sinistros, situação documental da frota e programação de devoluções), de modo a assegurar a continuidade do serviço, sem ônus adicional.

Do atendimento, manutenção e substituição (Níveis de serviço – SLA)

10.2.1. A CONTRATADA deverá assegurar suporte operacional durante toda a vigência contratual, mantendo canais de atendimento e logística de apoio suficientes ao cumprimento dos prazos de manutenção e substituição definidos no Termo de Referência.

10.2.2. Não constitui requisito de participação, habilitação ou contratação a manutenção prévia de sede, filial, sucursal, escritório ou pátio no Município, desde que cumpridos os níveis de serviço a seguir.

10.2.3. Central de atendimento: a CONTRATADA manterá canal de atendimento em dias úteis, das 8h às 18h, e plantão para ocorrências urgentes (pane imeditiva, sinistro, furto/roubo) 24h/7 dias.

10.2.4. Tempo de resposta:

- a) solicitações comuns: resposta em até 2 (duas) horas úteis;
- b) ocorrências urgentes: resposta em até 30 (trinta) minutos.

10.2.5. Substituição de veículo: a CONTRATADA disponibilizará veículo substituto nos prazos máximos previstos no Termo de Referência, contados do registro do chamado e da constatação da indisponibilidade. O veículo substituto deverá ser da mesma categoria (ou superior) e em condições regulares de uso e documentação.

10.2.6. Registro e evidências: a CONTRATADA manterá controle de chamados, com número de protocolo, data/hora de abertura, resposta e solução, fornecendo relatório mensal à fiscalização.

10.2.7. Penalidades por descumprimento: o descumprimento dos níveis de serviço e prazos previstos no Termo de Referência sujeitará a CONTRATADA às sanções e multas previstas

neste contrato, sem prejuízo de glosa/descontos quando houver indisponibilidade sem substituição.

Das obrigações relativas ao preposto:

10.3.1. A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

10.3.2. O contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

10.3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.3.4. O órgão poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.3.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

10.3.6. As disposições previstas no Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Do seguro automotivo (sem franquia), do sinistro e da não oneração da contratante

10.4.1. A CONTRATADA manterá, durante toda a vigência do contrato, seguro automotivo vigente para 100% (cem por cento) dos veículos locados, com cobertura nacional, atendendo integralmente às coberturas mínimas e limites mínimos por evento definidos no Termo de Referência, incluindo, no mínimo, cobertura integral de casco e cobertura a terceiros.

10.4.2. Para fins deste contrato, considera-se “seguro sem franquia” a vedação absoluta de repasse à CONTRATANTE e/ou a condutores autorizados de qualquer valor de franquia, participação obrigatória, coparticipação, despesas administrativas, taxas e/ou qualquer custo equivalente, em ocorrências cobertas pela apólice, cabendo tais custos exclusivamente à CONTRATADA, nos termos do Termo de Referência.

10.4.3. Em caso de sinistro (acidente, colisão, incêndio, roubo/furto, eventos da natureza ou danos a terceiros), a CONTRATADA será responsável pela abertura e acompanhamento do sinistro, remoção/guincho quando necessário, condução a oficina credenciada/autorizada, reparos e demais providências junto à seguradora, bem como pela disponibilização de veículo substituto nos prazos do Termo de Referência, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

10.4.4. Quando o sinistro caracterizar indenização integral (perda total), inclusive nos casos de incêndio, queda de raio ou explosão, não será devido qualquer espécie de ressarcimento pela CONTRATANTE, permanecendo vedada toda e qualquer cobrança direta ou indireta relacionada ao evento. (Baseado na lógica protetiva do contrato anterior, sem franquia/repasse.)

10.4.5. Quando o sinistro caracterizar indenização parcial (dano reparável), não haverá ressarcimento pela CONTRATANTE, permanecendo vedada qualquer cobrança de franquia,

participação, coparticipação, taxa, custo operacional, “taxa administrativa de sinistro” ou equivalente, ainda que a seguradora imponha franquias técnicas à CONTRATADA.

10.4.6. Na ocorrência de sinistro excluído da cobertura do seguro, a CONTRATADA será responsável pelo pagamento do conserto/reparo ou pela substituição do veículo, garantindo a continuidade do serviço com veículo substituto, nos prazos do Termo de Referência, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

10.4.7. A CONTRATANTE não realizará nenhum ressarcimento quando não se verifique culpa do condutor do veículo locado, competindo à CONTRATADA adotar as medidas cabíveis junto à seguradora e/ou terceiros responsáveis, sem transferência de ônus à Administração.

10.4.8. A CONTRATADA apresentará, antes do início da execução, cópia da apólice vigente e comprovantes de pagamento, bem como endossos/listagem dos veículos cobertos e canais de acionamento, sob pena de caracterização de inadimplemento contratual grave.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

11.1. A CONTRATADA deverá comprovar durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência da Inexigibilidade de Licitação e em seus anexos, por meio da atualização das Certidões exigidas no aviso para habilitação e qualificação do CONTRATADO, conforme artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES

12.1. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade por danos porventura causados à CONTRATANTE, decorrentes da execução deste Contrato, resultantes de atos de seus prepostos ou quaisquer pessoas empregadas ou ajustadas na execução dos serviços / fornecimento, seja por imprudência, negligência ou imperícia, respondendo em conformidade com a legislação civil e criminal, isentando a CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades nesse âmbito, assim como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais ônus necessários à execução do Contrato.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - MEIOS DE CONTATO

13.1. A CONTRATADA receberá notificações, comunicações ou solicitações da Câmara Municipal de Vitória da Conquista por meio do correio eletrônico _____, o qual será considerado oficial para todos os fins contratuais, especialmente para notificação de descumprimento contratual, obrigando-se a atualizar essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.

13.2. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao correio eletrônico acima indicado, ainda que não recebidas pela CONTRATADA, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada à Câmara Municipal.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução do Contrato será acompanhada por servidor previamente designado pela Administração que deverá atestar a realização dos serviços contratados.

15.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

15.3. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

15.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

15.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

15.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

15.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

15.9. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

15.10. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

15.11. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

15.12. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

15.13. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

15.14. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.16. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

15.17. Fica reservada à fiscalização a competência para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos ou omissos neste contrato, nas normas e em tudo mais que, de qualquer forma, que se relacionam direta ou indiretamente com o objeto deste contrato, garantindo, entretanto, o contraditório e a ampla defesa.

15.18. A CONTRATADA deve permitir e oferecer condições para a mais completa fiscalização da CONTRATANTE, fornecendo informações e propiciando o acesso à documentações

referentes ao objeto contratado, bem como atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

15.19 A CONTRATADA manterá sistema de registro de chamados e ocorrências, com protocolo e registros de data/hora de abertura, resposta e solução, fornecendo relatório mensal para fins de fiscalização e controle de desempenho.

15.20 As comunicações operacionais (solicitação de manutenção, substituição, sinistro e demais ocorrências) poderão ocorrer por e-mail e/ou canal oficial indicado pela CONTRATADA, preservando-se a rastreabilidade e a evidência documental.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DO OBJETO E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

16.1. O prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas normas técnicas aplicáveis, bem como as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

17.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, limitada aos serviços de seguro auto, manutenção (preventiva e corretiva)

17.2. A subcontratação ocorrerá sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais da contratada.

17.3. O contratante fica eximido de qualquer interferência junto à subcontratada, respondendo a contratada pela execução total do objeto.

17.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

17.5. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

17.6. contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

17.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

17.8. É vedado à CONTRATADA: caucionar ou utilizar o contrato para operação financeira; negociar ou efetuar cobrança de títulos E/OU duplicatas por intermédio de rede bancária ou terceiros, admitindo-se apenas cobrança direta à CONTRATANTE, quando cabível; interromper a execução sob alegação de inadimplemento da CONTRATANTE, salvo hipóteses legais formalmente caracterizadas e observados os procedimentos legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

18.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa.

18.2. O Presente Contrato será regido pela Lei nº 14.133/2021, cuja rescisão poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas no art. 137 do referido diploma.

18.3. Fica assegurado à CONTRATANTE a prerrogativa de:

18.3.1. Efetuar o pagamento nas condições previstas no presente Contrato;

18.3.2. Recusar o pagamento em razão de vícios na prestação dos serviços contratados;

18.3.3. Qualquer atuação de uma das partes que venha caracterizar-se como violação aos direitos da outra parte sujeitará àquela às penalidades previstas no presente instrumento e na legislação em vigor.

CAPÍTULO IV – DA PROTEÇÃO DE DADOS E SIGILO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

19.1. As PARTES deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que porventura tenham acesso em razão deste contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

19.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

19.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

19.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

19.5. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

19.6. A CONTRATADA deverá exigir dos subcontratados, se houver, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

19.7. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

19.8. A CONTRATADA deverá prestar quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente.

19.9. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CAPÍTULO V – DAS SANÇÕES E EXTINÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Penalidades por descumprimento de SLA:

- a) Atraso na resposta ao chamado: multa de 0,2% do valor mensal do veículo por ocorrência, limitada a 1%.
- b) Atraso na disponibilização de substituto: multa de 0,5% do valor mensal do veículo por hora de atraso, limitada a 1% ao dia.
- c) Reincidência: a partir da 3ª ocorrência no mês para o mesmo veículo/unidade, aplicar multa em dobro e registrar para fins de sanção administrativa.

20.2. Anexo – Plano de Atendimento e Substituição

A licitante deverá apresentar Plano de Atendimento e Substituição, contendo:

- (a) canais de atendimento e escalas;
- (b) descrição do fluxo de chamados;
- (c) estratégia logística para entrega de substitutos (perímetro urbano e rural);
- (d) indicação de base operacional (pode ser endereço de parceiro e ou contratado) e/ou rede credenciada;
- (e) meios para garantir cumprimento dos SLAs.

20.3. Além das multas por SLA, a contratada estará sujeita:

- a) Glosa proporcional: se o veículo ficar indisponível sem substituto por culpa da contratada, desconta-se o valor correspondente aos dias/horas sem prestação.
- b) Escalonamento de sanções: advertência, multa, suspensão de contratar, conforme gravidade e reincidência.
- c) Fiscalização com KPI: relatório mensal de SLA de 95% a 98% de cumprimento.

20.4. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.5. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.6. Multa - As multas referentes à execução do objeto serão:

20.6.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, caso a contratada:

- a) atrase a entrega do objeto definido no contrato;
- b) mantenha veículo fora das especificações contratuais;
- c) mantenha veículo sem a devida manutenção preventiva ou corretiva para a execução dos serviços;
- d) deixe de substituir os veículos no prazo máximo, conforme item 5.11 do termo de referência, após solicitação;
- e) não mantenha regularizada a documentação do veículo e/ou a validade de equipamentos obrigatórios, quando for o caso;
- f) se recuse a executar serviço determinado pela fiscalização;
- g) deixe de disponibilizar os veículos com seguro, conforme contrato, ou não apresente comprovação de apólice de seguro para efeitos de ressarcimento em caso de avarias nos veículos ou indenizações;
- h) suspenda ou interrompa, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.

20.6.2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

20.6.3. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

20.6.4. Configurar-se-á a inexecução total quando a contratada deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 30 (trinta) dias contados da data estipulada para início da execução contratual.

20.6.5. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o contratante a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

20.7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

20.8. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.9. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

20.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

20.15. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

20.16. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

20.18. Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – CAUSAS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

21.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

21.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

- a) A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
 - b) Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 21.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 21.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 21.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 21.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - c) Indenizações e multas.
- 21.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 21.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 48, Parágrafo Único, da Lei n.º 14.133/2021).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

- 22.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, bem como a aplicação das multas e penalidades previstas neste Instrumento;
- 22.2. Constituem motivo para rescisão do Contrato:
- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - c) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da manutenção do Contrato;
 - d) o atraso injustificado na prestação dos serviços;
 - e) a paralisação da prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à
 - f) Administração;
 - g) a sub contratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação empresarial;
 - h) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
 - i) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

- j) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no Processo Licitatório a que se refere o Contrato;
- k) a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- l) a supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- m) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato.

22.3 A decisão da autoridade competente, relativa à rescisão do Contrato, deverá ser precedida de justificativa fundada, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

22.4. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE
- b) amigável, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO ÚNICO: A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada DA CONTRATADA.

22.5. A parte interessada na rescisão deverá comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS

23.1. Os casos omissos serão decididos pela CMVC, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, nas demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

24.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8.º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

25.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vitória da Conquista - BA. para dirimir as dúvidas, conflitos ou omissões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa de qualquer outro por mais especial que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ACEITAÇÃO

26.1 - E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

27.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

27.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1. Todas as disposições e especificações constantes deste Contrato, do Processo Licitatório e em especial do Termo de Referência, são complementares entre si.

Vitória da Conquista - BA, de.....de 2026

Ivan Cordeiro da Silva Filho
Presidente da CMVC
Representante Legal do Contratante

.....
Representante Legal da Contratada